

Novas insurgências e a luta do movimento “Ocupa Paraná”

Simone Polli

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
E-mail: simonep@utfpr.edu.br

Aline Holanda

Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
E-mail: agholanda.ah@gmail.com

Gustavo Machado

Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
E-mail: gustavo_bmachado@hotmail.com

Luana Vedovello

Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
E-mail: luanavedovello@gmail.com

Resumo: O pronunciamento da estudante secundarista Ana Júlia na Assembleia Legislativa do Paraná em defesa da escola pública, contra a PEC 241 e a MP 746, fez ressoar nacionalmente um debate: “De quem é a escola?”. Ana Júlia representava o movimento “Ocupa Paraná”, que, no mês de outubro de 2016, mobilizou mais de 850 escolas no estado. Registrar e entender a ação desse movimento trouxe questões importantes para a análise das novas insurgências e as resistências sociais urbanas. Este artigo tem como objetivo principal analisar as características do “Ocupa Paraná” na região metropolitana de Curitiba, destacando as falas dos diferentes atores sociais envolvidos nesse conflito, muitas delas contraditórias. Os principais confrontos ocorreram entre os estudantes do “Ocupa Paraná” e um movimento contrário, o “Desocupa Paraná”, com pessoas ligadas principalmente ao Movimento Brasil Livre. Serão analisados, ainda, a ação e os discursos de representantes do estado e dos grandes veículos de comunicação, que também atuaram para deslegitimar a ocupação das escolas.

Palavras-chave: Educação. Conflito Urbano. Ocupa Paraná. Estudantes.

Contexto e as motivações das ocupações

Manifestações por direitos sociais têm se intensificado em toda a América Latina. Em 2006, ocorreu a Revolução dos Pinguins, no Chile, em que estudantes ocuparam mais de 600 escolas, reivindicando a gratui-

dade do exame de seleção. Também foram às ruas para exigir reformas no sistema educacional, desde a implantação do passe livre no transporte público até leis que criavam subsídios para escolas privadas no Chile (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, p. 1).

Em 2015, duzentas escolas foram ocupadas por estudantes em São Paulo contra a medida do gover-



no estadual de reorganizar a rede pública de ensino, o que levaria ao fechamento de 94 escolas e à realocação de mais de 300 mil alunos (ALESSI, 2015). No mesmo ano, no Paraná, o governador Beto Richa impõe uma reorganização da rede pública de ensino, que levaria ao fechamento de mais de 100 escolas estaduais, projeto abortado após uma série de protestos de estudantes e professores em outubro de 2015 (RUSCHEL, 2015).

O Paraná já havia sido palco, em abril de 2015, de um massacre. Durante greve dos professores estaduais que reivindicavam melhorias salariais, o governo autorizou uma ofensiva armada com policiais, deixando muitas pessoas feridas na Praça Nossa Senhora Salette, no episódio conhecido na mídia como “Batalha do Centro Cívico” (JUSTI, 2015).

Um ano depois, em 15 de junho de 2016, o governo federal lançou a Proposta de Emenda Constitucional, PEC 241/2016, rebatizada no Senado como PEC 55, com o propósito de limitar o aumento das despesas primárias à inflação do ano anterior por um período de 20 anos.

A proposta, apresentada de forma autoritária, sem debate com os setores envolvidos, enfrentou severas críticas da população e de especialistas por estabelecer um freio ao investimento, por exemplo, na saúde e educação, que já sofrem com a falta de recursos e têm gastos obrigatórios previstos na Constituição. A política de austeridade por trás da PEC 241 também abarcaria medidas que poderiam levar a cortes de gastos em outros programas sociais.

Na sequência, em 22 de setembro, o governo federal propôs a Medida Provisória (MP) 746/2016 para reestruturar o ensino secundarista no país sem discussão com técnicos da área, professores ou estudantes. A MP modificava a estrutura do ensino médio, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com o fim da obrigatoriedade de disciplinas como Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia e abria a possibilidade de contratação de profissionais com “notório saber”, ou seja, sem a necessidade de formação acadêmica na área de ensino.

Nesse contexto, estudantes de escolas públicas de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curiti-

ba (RMC), começaram um levante que acabaria atingindo o estado do Paraná e o Brasil, utilizando como principal repertório de luta a ocupação das escolas públicas e, depois, a ocupação de universidades.

Este artigo tem como objetivo relatar as vozes, dimensões e facetas do movimento “Ocupa Paraná” a partir de sua articulação na RMC, a fim de compreender a reação dos diferentes atores sociais e os confrontos subjacentes, em momentos de indeterminação, em que interesses particulares se confrontam com interesses coletivos e vozes contrárias às ocupações entram no jogo. Propõe-se uma reflexão sobre a formação e as características do movimento “Ocupa Paraná”, enunciando seus diferentes atores e discursos. Quem são os atores sociais que participaram das ocupações e quais foram contra elas? Como a mídia e os órgãos governamentais agiram em relação aos estudantes que participaram? Quais as principais características que marcaram esse momento?

Intolerância e fascismo: embate com vozes autoritárias

As principais características que marcaram os discursos e os embates na ocupação das escolas secundaristas e das universidades na RMC foram a intolerância nas ruas e nas redes sociais, a repressão e as medidas jurídicas tomadas.

Os conflitos urbanos são confrontos expressos por manifestações públicas coletivas que têm a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações. Numa democracia, os conflitos explicitam a diversidade

As principais características que marcaram os discursos e os embates na ocupação das escolas secundaristas e das universidades na RMC foram a intolerância nas ruas e nas redes sociais, a repressão e as medidas jurídicas tomadas.

e a multiplicidade de condições de vida na cidade. Como aponta Câmara: “Atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas e simbologias oferecem um quadro complexo e diferenciado da cidade” (CÂMARA, 2013, p. 135). O

dissenso e os conflitos são parte de uma gestão democrática da cidade.

Ao mesmo tempo em que lutas coletivas por direitos trazem à tona as desigualdades presentes na sociedade, crescem também manifestações de intolerância e preconceito racial, étnico e sexual, que se julgavam superados. O preconceito, banido por muitas gerações, é retomado em falas abertas, sem qualquer constrangimento (TIBURI, 2015). A retomada de alguns valores/concepções da época do regime militar, como ordem e progresso, escola sem partido e moral e bons costumes, reforça uma onda conservadora ou um processo de “alienação universal de uma vida diária tolhante na cidade” (HARVEY, 2014, p. 5).

Marcia Tiburi (2015), em seu livro “Como Conversar com um Fascista”, aponta para o perigo de um cotidiano autoritário ou dos microfascismos atuais. Apesar de o fascismo ter sido um regime ocorrido na Itália¹, Rubens Casara (2015), em consonância com Márcia Tiburi, resgata a sua reprodução nos tempos atuais:

O fascismo recebeu seu nome na Itália, mas Mussolini não estava sozinho. Diversos movimentos semelhantes surgiram no pós-guerra com a mesma receita que unia voluntarismo, pouca reflexão e violência contra seus inimigos. Hoje, parece que há consenso de que existe(m) fascismo(s) para além do fenômeno italiano ou, ainda, que o fascismo é um amálgama de significantes, um “patrimônio” de teorias, valores, princípios, estratégias e práticas à disposição dos governantes ou de lideranças de ocasião (que podem, por exemplo, ser fabricadas pelos detentores do poder político ou econômico, em especial através dos meios de comunicação de massa) (CASARA, 2015, p. 12).

Marcia Tiburi aponta que os intolerantes e fascistas atuais são uma ameaça à democracia e à liberdade de pensamento crítico. A autora chama de fascistas aqueles que possuem uma visão tão enrijecida do mundo que não conseguem ou não se dispõem a escutar o outro, a dialogar com diferentes vozes. “Alguém que sabe tudo previamente e seus sistemas de pensamento se fecham ao outro. Aquele que pensa que ele mesmo, o outro, a vida, a sociedade, não podem ser diferentes e não se abre ao diálogo” (TIBURI, 2015, p. 27).

Para a autora, uma das características do fascista é ser politicamente pobre e, como consequência, perder a dimensão do diálogo: "o fascista não consegue relacionar-se com outras dimensões que ultrapassem as verdades absolutas nas quais ele firmou seu modo de ser" (*Ibidem*, p. 24). Sua falta de abertura corresponde a um ponto de vista fixo. Com isso, o outro é um mero instrumento funcional, longe do reconhecimento da singularidade ou da pluralidade que possuem as diferentes vozes. Alimentado pelas noções do senso comum e de fácil assimilação, reforça as concepções de insuportabilidade da diferença, fortalecendo suas estruturas de pensamento cristalizadas.

Não suportam a democracia, entendida como concretização dos direitos fundamentais de todos, como processo de educação para a liberdade, de governo através do consenso, de limites ao exercício do poder e de substituição da força pela persuasão. Essa mistura de pouca reflexão (o fascismo, nesse particular, aproxima-se dos fundamentalismos, ambos marcados pela ode à ignorância) e recurso à força (como resposta preferencial para os mais variados problemas sociais) produz reflexos em toda a sociedade (CASARI, 2015, p. 13).

A política, como espaço de diálogo, vem sendo sistematicamente destruída e esvaziada, perdendo seu papel de mediação social. Marcia Tiburi (2015) analisa essa tendência:

Podemos dizer que as pessoas, indivíduos e grupos odeiam, sobretudo, a política e que os políticos (salvaguardando exceções) odeiam o povo se quisermos pensar no ódio em nível praticamente sistêmico. Podemos nos colocar a questão quanto ao risco de que o ódio se torne estrutural, que venha a dar base a todas as nossas relações. Nesse contexto, a política é destruída sistematicamente em duas linhas: pelos políticos que a transformam em burocracia; e pelo povo que a negligencia e se desinteressa dela. Talvez a destruição da política seja a verdade oculta na razão de Estado atual. Todos sabem, mesmo que não tenham palavras para expressar, que a política foi transformada em burocracia e que os governantes garantem burocraticamente seu emprego eterno estimulando o ódio nacional ao poder público. Não há maneira melhor de destruir a política do que fazendo uso eficiente do ódio (TIBURI, 2015, p. 26).

Em tempos de indeterminação social, política e econômica, onde a falta de horizontes é a regra, cria-se um estágio de permanente anomia, um vazio de direitos, "[...] em que a política foi implodida para todos os lados, deslizando para a gestão cotidiana combinada com uma coerção renovada, sendo pautado pelos imperativos de um pragmatismo gestor" (TELLES, 2007, p. 199). A sensação é de estar vivendo tempos que apresentam "[...] sintomas de uma política que cede ao jogo mais vil da luta pura e simples pelo poder e por uma sociedade que se torna cada vez mais ávida pela intolerância. Há de se notar que as duas coisas andam juntas e dilaceram qualquer ordem republicana" (FILGUEIRAS, 2015).

Como consequência, observam-se os crescentes ataques às manifestações populares, à luta por direitos, como se a garantia dos direitos fundamentais, o respeito ao outro, já não tivesse mais significado, retomando prenoções que se julgavam amplamente superadas. O avanço de manifestações de intolerân-

Atualmente, quem luta por direitos ou as vozes dissonantes do *status quo* são constantemente ameaçadas, perseguidas, com sua integridade física e psíquica colocada em risco seja pelo Estado ou por grupos potencialmente violentos. Se na redemocratização, o Estado era o principal opositor aos protestos, nos tempos atuais, o cenário aponta para confrontos adicionais com novos grupos organizados por membros da sociedade civil, cunhados por práticas intolerantes e recorrendo a expedientes de autoritarismo e violência em suas ações cotidianas.

cia e violência de grupos sociais específicos colabora para o aumento de ações autoritárias. "O autoritarismo da vida cotidiana é o conjunto de gestos tão fáceis de realizar quanto difíceis de entender. E ainda mais difíceis de conter" (TIBURI, 2015, p. 27).

Atualmente, quem luta por direitos ou as vozes dissonantes do *status quo* são constantemente ameaçadas, perseguidas, com sua integridade física e psíquica colocada em risco seja pelo Estado ou por grupos potencialmente violentos. Se na redemocratização, o Estado era o principal opositor aos protestos, nos tempos atuais, o cenário aponta para confrontos

adicionais com novos grupos organizados por membros da sociedade civil, cunhados por práticas intolerantes e recorrendo a expedientes de autoritarismo e violência em suas ações cotidianas.

Esse estágio atual parece dismantlar os tradicionais repertórios de luta, seja de ocupação dos espaços institucionais, seja da organização dos movimentos sociais, como greves, marchas e protestos, como se essas estratégias, historicamente usadas como resistência e mobilização, não tivessem mais sentido.

Harvey (2014) aponta que, mesmo em meio à crise da urbanização, da alienação e seus múltiplos mal-estares, encontra-se latente uma potencialidade mobilizadora por meio das qualidades humanas, das capacidades e poderes inerentes à natureza e da dinâmica da mudança, de onde pode brotar o inesperado: “Se as raízes dessa experiência alienante estão na infundável acumulação de capital, então, essas raízes têm que ser definitivamente rompidas. As vidas e o bem-estar têm que ser re-enraizados em outros modos de produzir e consumir, enquanto novas formas de sociabilidade precisam ser construídas” (HARVEY, 2014, p. 7).

É nesse contexto que, inesperadamente, jovens estudantes secundaristas ocupam muitas escolas no Paraná, posteriormente apoiados por estudantes universitários, e lutam contra a ameaça de congelamento dos investimentos em educação: “Nossa escola já está ruim e querem piorar ainda mais? Essas medidas serão o sucateamento do ensino público e posterior privatização? Como será o futuro para nossos filhos?” (informação verbal)².

Breve nota metodológica

Por meio de notícias em mídias, entrevistas e visitas a cinco escolas públicas ocupadas de Curitiba, procurou-se descrever algumas características do movimento denominado “Ocupa Paraná”, a fim de compreender as características dessa nova insurgência e suas diferenças em relação aos clássicos movimentos sociais. A pesquisa foi feita nos meses de outubro a dezembro de 2016 por meio de ação direta, visitas diárias e entrevistas de ocupantes das escolas estaduais Nilo Brandão e Teotônio Vilela e da Uni-

versidade Tecnológica Federal do Paraná.

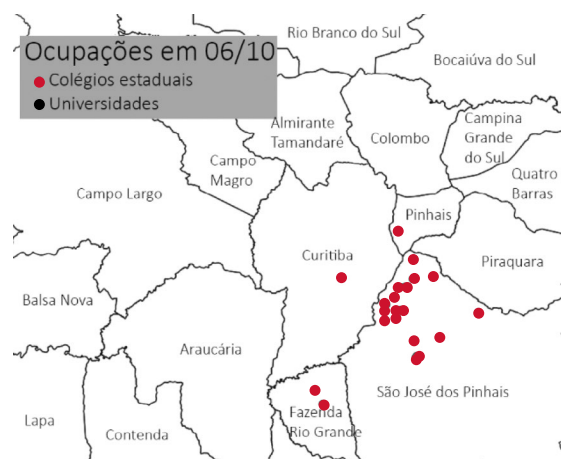
“Falas e discursos” foram descritos por meio do acompanhamento, no mesmo período, dos diversos meios de comunicação, como rádio, TV, jornal, *sites*, buscando compreender o desenrolar das ações a partir das diferentes notícias publicadas nos meios de comunicação e *sites* oficiais, resgatando o discurso, os impactos, os desdobramentos e as consequências na (des)construção do movimento “Ocupa Paraná”.

As ocupações nas escolas estaduais e universidades na RMC: o movimento “Ocupa Paraná”

Influenciados pelas ocupações em escolas públicas em São Paulo (2015) e Maringá (2016), problemas com a merenda escolar, o sucateamento da infraestrutura existente, além do massacre ocorrido com os professores em 2015 na Praça Nossa Senhora de Salete, o movimento denominado “Ocupa Paraná” surgiu em escolas públicas estaduais do Município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (figura 1) em 2016.

Após diversas assembleias e espaços de formação sobre o conteúdo das propostas que o governo federal enviou ao Congresso Nacional, estudantes secundaristas decidiram ocupar inicialmente o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais. No dia 3 de outubro, 10 dias após a MP

Figura 1: Início das ocupações no município de São José dos Pinhais



Fonte: Adaptada de COMEC (2012) e SEED (2016).

746/2016, a escola teve paralisadas suas atividades e a ocupação contou com cerca de 200 alunos. Por meio de redes sociais, o grêmio estudantil divulgou o evento e fotos da ocupação. No dia seguinte, cerca de 60 colégios organizaram paralisações e protestos na RMC. Até 5 de outubro já eram cinco as escolas públicas ocupadas. Em 18 dias, foram ocupadas 202³ escolas públicas em Curitiba e na região metropolitana, o que representa 61% das 334⁴ escolas públicas estaduais existentes nesses municípios. A figura 2 demonstra a evolução do movimento.

Apesar de algumas notas divulgadas na grande mídia, o movimento obteve maior repercussão pelos perfis das “ocupas” criados por alunos na rede social Facebook. Também foi criado um portal denominado “Ocupa Paraná”, que divulgava a ação das ocupações, fotos e possíveis protestos coletivos nas praças e espaços públicos de Curitiba. Por meio desse portal, era possível enviar mensagens, propor oficinas, colaborar com doação de alimentos, cobertores e compreender as propostas do movimento.

A maioria dos estudantes tinha de 14 a 18 anos, de ambos os sexos, geralmente frequentadores dos últimos anos do ensino médio. As ocupações eram totalmente gerenciadas pelos estudantes e possuíam regras bem definidas, como a proibição de uso de drogas e álcool, horário de silêncio e ordens de igualdade nas tarefas. Foram estabelecidos cronogramas de divisão de tarefas como limpeza, segurança e preparo de refeições.

Considerando em média a presença de 20 estudantes em cada turno da ocupação, mais de 4 mil pessoas estavam diretamente envolvidas em ocupações no dia 22 de outubro, quando o movimento atingiu seu auge, sem contar os responsáveis pelo contraturno e os indiretamente envolvidos, como pais e apoiadores.

As ocupações receberam doações de alimentos e produtos de limpeza de familiares dos estudantes, de professores que apoiavam a ocupação e, em alguns casos, da comunidade vizinha. O movimento recebeu, ainda, apoio pontual de coletivos organizados e de alguns membros da comunidade, como pais, moradores da região e estudantes de outras escolas, além da colaboração entre as próprias escolas ocupadas. Educadores, voluntários e professores ofereceram oficinas e apoio para incentivar a permanência e colaborar com a formação dos alunos. O Conselho Tutelar visitou algumas das escolas para assegurar a integridade física dos menores.

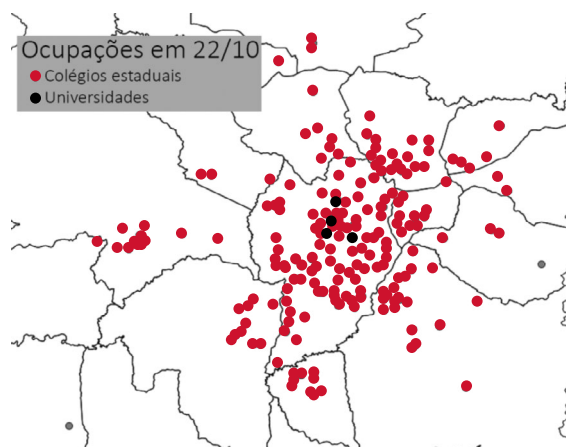
Em entrevistas, os estudantes relataram que no tempo de ocupação aprenderam muito mais em termos de sociedade, política e educação que nas aulas regulares de suas escolas. Falaram da organização coletiva, dos vínculos de amizade, de solidariedade, do movimento estudantil e de conhecer a dura realidade política e imposições do momento que viviam. A maioria das ocupações recebeu pouco apoio da direção das escolas ou de parcela dos professores. Esses foram ameaçados pelo governador do Paraná de sofrerem sanções administrativas ou de perderem o emprego, caso apoiassem. A orientação da Secretaria Estadual de Educação (SEED) era promover negociações com os estudantes para uma “desocupação voluntária”.

Em entrevistas, os estudantes demonstravam conhecimento das motivações que levaram às ocupações. Dois estudantes afirmaram:

Estamos na ocupação para o Estado saber que a gente tem voz, pra gente reivindicar nossos direitos, o direito de estudar, de ter uma saúde de qualidade. A gente não está reivindicando somente pelo estudo, pela saúde. Por tudo que vai ser retirado da gente com essas leis que estão impondo (informação verbal)⁵.

Não, não gosto dos partidos, de nenhum dos que tem aí, mas temos consciência de que o que estamos fazendo é um ato político. A gente

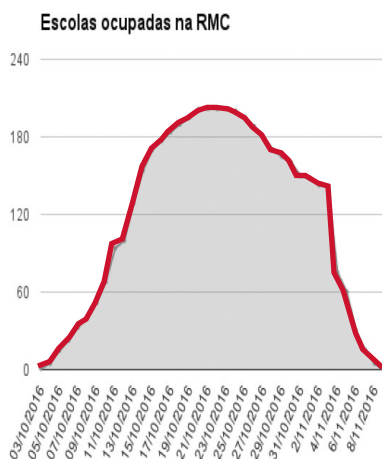
Figura 2: Localização das 202 escolas públicas ocupadas em Curitiba e RMC



Fonte: Adaptada de COMEC (2012) e SEED (2016).

não está fazendo isso só pelo ensino médio, mas também pela Previdência, pela Farmácia Popular, que eles querem tirar. A saúde já está precária e eles querem piorar. E as pessoas não conseguem enxergar (informação verbal)⁶.

Figura 3: Gráfico da trajetória de ocupação das escolas na RMC



Fonte: Adaptado de FACEBOOK OCUPA PARANÁ (2016) e LUCIANO (2016).

O gráfico acima (figura 3) mostra a trajetória de ocupação e desocupação das escolas estaduais na região metropolitana de Curitiba. Os dados de ocupação foram obtidos pelo movimento “Ocupa Paraná” e os de desocupação, pelos mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça (LUCIANO, 2016).

Após um mês, o movimento arrefeceu e as escolas foram desocupadas. Isso se deve, principalmente, à repressão do estado, aos mandados judiciais expedidos ordenando a desocupação e também à pressão de grupos opositores aos estudantes, aspecto a ser desenvolvido no próximo capítulo.

Com as desocupações dos colégios, os estudantes universitários, em apoio ao movimento dos secundaristas, deram início à ocupação de instituições de ensino superior como forma de resistência aos avanços da PEC 241 e à violência que os estudantes das escolas ocupadas vinham enfrentando por grupos opositores da sociedade civil, principalmente o MBL. Segundo dados do Ocupa Paraná, 14 *campi* de instituições estaduais ou federais foram ocupados no Paraná.

Em Curitiba, três universidades foram ocupadas e tiveram suas aulas paralisadas: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Universidade Estadual

do Paraná (UNESPAR) com a Faculdade de Artes do Paraná. No total, foram 8 *campi* ocupados e vários cursos fizeram greve estudantil. Em sua maioria, foram retirados a partir de ordens de reintegração de posse, expedidas em curto prazo. Apesar da pressão por parte da reitoria e de grupos opositores (com ataques violentos), os universitários resistiram por aproximadamente 15 dias.

As pressões pela desocupação das escolas: falas e discursos

Com o crescimento do movimento de ocupação em vários estados e no Distrito Federal, não foi mais possível dizer que era algo específico e pontual do Paraná, como afirmou o ministro da Educação, Mendonça Filho. Conforme o movimento crescia, ampliou-se a pressão do Estado, da grande mídia e de grupos organizados opositores, que começaram em seu discurso e, às vezes, em ações diretas, a transformar a noção de “reivindicação de direitos” em “administração das urgências” para promover a desocupação das escolas.

O jornal Gazeta do Povo, do Paraná, em 7 de outubro, primeira semana do movimento, com 47 escolas ocupadas no estado, publicou: “6 fatos que os estudantes das ocupações não sabem”, minimizando as causas das manifestações, procurando deslegitimar o movimento e alegar ingenuidade por parte dos alunos ocupantes (DRECHSEL; LUCIANO, 2016). Demorou mais de 20 dias para que houvesse uma cobertura jornalística compatível com a dimensão que os eventos assumiam na região metropolitana de Curitiba, apesar do número crescente de escolas ocupadas.

No dia 24 de outubro, no ápice do movimento, quando o número máximo de escolas ocupadas foi atingido (figura 3), um estudante de 16 anos foi morto por outro colega após desentendimento dentro do Colégio Estadual Santa Felicidade, em Curitiba, até então ocupado. Em matérias sobre o fato, a tragédia foi noticiada como caso de polícia e apresentou, inclusive, relatos de pessoas preocupadas com uma possível culpabilização dos estudantes da ocupação (PEPLOV, 2016). O governador do Paraná, Beto Ri-

cha, em nota, utilizou o infortúnio para reafirmar o pedido de desocupação das escolas estaduais: "É ainda mais gravíssimo e lamentável, porque [a morte] aconteceu no interior de uma escola ocupada [...]. A ocupação de escolas no Paraná ultrapassou os limites do bom senso e não encontra amparo na razão, pois o diálogo sobre a reforma do ensino médio está aberto" (BORDIN; LEITÓLES, 2016, p. 1).

A morte do estudante forçou a desocupação da escola e comoveu pais, alunos e professores de outros locais. Muitos pais mudaram de posicionamento e proibiram os filhos de continuarem participando do movimento. A Procuradoria Geral do Estado, também nessa ocasião, emitiu pedidos de reintegração de posse de 44 escolas de Curitiba (LUCIANO, 2016).

Poucos dias depois, em 26 de outubro, a estudante Ana Julia Ribeiro, de 16 anos, aluna do Colégio Estadual Senador Manuel Alencar Guimarães, de Curitiba, discursou na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP). Sua fala de 10 minutos a favor das ocupações e da luta pela educação pública foi replicada e viralizou nas redes sociais. Veículos nacionais noticiaram o discurso da estudante após a repercussão nas mídias sociais e o caso acabou ganhando citações em veículos internacionais como *El País* e *Forbes* (PITA, 2016).

Foi a partir desse momento que o Brasil tomou conhecimento das ocupações nas escolas paranaenses. Como citado por Pita (2016), o fato de o discurso ter tido tamanha reverberação sem o aval da grande mídia evidencia "a dificuldade de entender o que está acontecendo quando se acompanha apenas o noticiário pela mídia tradicional" (PITA, 2016, p. 1).

Em notícia veiculada pela revista Carta Capital, Marília Pita acusou a grande imprensa de "criminalizar as ocupações" e inviabilizar a luta dos estudantes ao escolher ignorar os acontecimentos. Antes restrita a notas menores nos grandes veículos e poucas reportagens televisivas, as notícias passaram a ser mais frequentes com a aproximação da realização do segundo turno das eleições municipais, em um tom notadamente negativo (PITA, 2016). Analisando matérias veiculadas no jornal Folha de S. Paulo, denuncia-se uma anulação do discurso dos estudantes e a descaracterização de seu movimento, principalmente por meio de suas manchetes. A jornalista cita:

"A sequência de matérias como 'Com escolas ocupadas, Paraná vai ter Força Nacional na eleição', 'Alunos são almeados após serem retirados de escola invadida no TO', 'Tumulto em escola no Paraná', 'Com escolas ocupadas, até supermercado vira local de votação no Paraná' e 'Escolas ocupadas poderão ter o ENEM adiado, diz Ministério da Educação' mostra a facilidade como os jovens mobilizados por seus direitos são apresentados como baderneiros, irresponsáveis e que atrapalham a vida dos cidadãos que simplesmente querem estudar" (PITA, 2016).

Com a aproximação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos dias 5 e 6 de novembro, o ministro da Educação afirmou que as provas seriam canceladas nas escolas ocupadas, com a intenção de que a população se posicionasse contra o movimento. Somente em Curitiba, 13 escolas ocupadas eram também locais de aplicação de provas. Os secundaristas reafirmaram seu propósito de continuar as ocupações até terem suas reivindicações atendidas e pediram ao Ministério da Educação (MEC) e ao

Em notícia veiculada pela revista Carta Capital, Marília Pita acusou a grande imprensa de "criminalizar as ocupações" e inviabilizar a luta dos estudantes ao escolher ignorar os acontecimentos. Antes restrita a notas menores nos grandes veículos e poucas reportagens televisivas, as notícias passaram a ser mais frequentes com a aproximação da realização do segundo turno das eleições municipais, em um tom notadamente negativo (PITA, 2016).

INEP, responsáveis pelo exame, a transferência dos locais de prova. No entanto, o MEC demonstrou-se inflexível e impôs um prazo máximo de desocupação até 31 de outubro. Finalizado esse prazo, e com as escolas ainda ocupadas, o ministério decidiu transferir a data da prova para os dias 3 e 4 de dezembro.

O ministro da Educação optou ainda por ignorar as ocupações nas escolas secundaristas, além de procurar reprimir as manifestações que aconteciam dentro de seu espectro direto de instituições de ensino através, por exemplo, de ofícios a diretores de Institutos Federais de Educação (IFEs), solicitando a delação nominal de alunos que participavam das

ocupações (MARTINS, 2016). A utilização do argumento do custo extra para a realização de exame em nova data foi o mais usado pelo ministério para forçar a desocupação de escolas, deslegitimar o movimento e reforçar a rejeição da sociedade.

Em todos os momentos em que foi questionado, o governador do Paraná, Beto Richa, foi crítico ao movimento. Acusou as ocupações de serem artificiais, de os estudantes não possuírem conhecimento da causa pela qual estavam se mobilizando e também de motivações “partidárias”, como resultado de uma doutrinação de esquerda exercida pelos sindicatos de docentes (KANIAK, 2016). O presidente Michel Temer só veio a se manifestar diretamente sobre as ocupações estudantis em 9 de novembro, mais de um mês depois da primeira escola ocupada e com o movimento já arrefecido. Para o presidente, os ocupantes não tinham conhecimento dos termos da PEC e da MP pelos quais estavam protestando e a forma de manifestação utilizada era violenta, portanto, inválida (URIBE, 2016).

Fora as autoridades em cargos públicos, o Movimento Brasil Livre (MBL)⁷ foi um dos principais

grupos opositores ao movimento e fez diversas manifestações em escolas e universidades ocupadas. Baseando seus argumentos numa suposta partidarização/sindicalização do movimento secundarista “Ocupa Paraná”, seus membros mobilizaram pais e alunos contrários à ocupação, numa ação denominada por eles de “Desocupa Paraná” (GALINDO, 2016). Promoveram várias ofensivas de desocupação no fim do mês de outubro, algumas violentas, com invasões, ataque com pedras, bombas, agressões físicas e verbais em colégios importantes da cidade, como Estadual do Paraná, Tiradentes, Leôncio Correia, Pedro Macedo e Lysimaco Ferreira da Costa, além da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Outra tática de intimidação do MBL incluía protestos com carro de som em frente às instituições ocupadas, falas ofensivas, pessoais e discriminatórias, além da perseguição virtual aos ocupantes.

A UTFPR, ocupada na noite do dia 18 de novembro, teve grande pressão por desocupação com a participação de parcela de alunos, alguns ligados ao MBL, e professores da instituição exigindo a saída do prédio. Na manhã seguinte, um professor da instituição quebrou a porta de entrada da universidade, o que impulsionou ainda mais o conflito entre os grupos. Todas as noites, grupos formados por professores e alunos favoráveis à ocupação formavam um cordão humano em frente aos portões para inibir ações de violência. Em uma das noites, foi necessária a intervenção da polícia militar, que encontrou armas brancas com membros opositores à ocupação (VASCONCELOSA, 2016).

Por meio de ações autoritárias, apoiados pela mídia tradicional e fortalecidos por discursos de ódio em redes sociais que diminuía o movimento, sua relevância e sua validade, esses grupos combateram as ocupações usando práticas agressivas e provocando um confronto direto nas ruas e em frente às escolas. Funcionaram, portanto, como “milícias” civis contra os ocupantes das escolas (KALINE, 2016).

Para entender melhor a ação desses agentes, no quadro 1 é apresentada uma coletânea dos discursos que apareceram na mídia dos principais atores sociais envolvidos no conflito por educação nas escolas estaduais da região metropolitana de Curitiba.



Quadro 1: Síntese dos discursos dos principais agentes envolvidos no movimento Ocupa Paraná

Atores	Objetivo declarado	Falas	Contexto
Ocupa Paraná (estudantes secundaristas)	Lutar contra a aprovação da PEC 241/55 e da MP 746 com ocupações de escolas públicas	"Temer analisa do ponto de vista próprio, achando que as coisas são como ele viveu. Mas o povo não vive da mesma forma e o governo nunca ouviu a gente, não conhece as necessidades reais da escola pública." (Estudante de escola ocupada) (MATUOKA, 2016)	Entrevistas à Carta Capital, em matéria publicada no dia 18/10/2016
APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná	Apoiar a causa secundarista	"A APP - Sindicato vem a público apoiar a ocupação dos estudantes nas escolas do Paraná e também do Brasil. A luta dos estudantes é a defesa da escola pública e de uma educação pública de qualidade para todos e todas. Entendemos que suas reivindicações são legítimas." (APP, 2016)	Em nota de apoio aos estudantes, em 08/10/2016
UPES/UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas	Apoiar a causa secundarista, atuando como articulador	"Essas mobilizações fazem parte de uma corrente nacional de ampla defesa do ensino médio. Não são só os estudantes do Paraná, são os estudantes do Brasil." (DRESCHER, 2016)	Início das ocupações no Paraná, em 06/10/2016
Movimento Brasil Livre	Promover a desocupação das escolas, assegurando o direito de estudar e desarticular o movimento ilegítimo	"Eles estão sendo usados como massa de manobra numa guerra absolutamente partidária contra os governos federal e estadual." "As ocupações são irresponsáveis e contam com negligência do conselho tutelar, sindicatos e partidos de esquerda." (CARAZZAI, 2016)	Veiculado em matéria na Folha de São Paulo, em 29/10/2016
Alunos, pais e professores contra a ocupação	Em cada escola, realidades e motivações diferentes	"Eu sou contra a ocupação porque acho que a forma como está sendo feita é prejudicial. A PEC também é prejudicial e está sendo feita errada. Todos os alunos que não estão ocupando têm o direito garantido de estudar. Porque o direito dos alunos que ocupam é maior que o meu?" (ROSSINI, 2016)	Durante tentativa de desocupação no Colégio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa, em 27/10/2016
Ministério da Educação (Mendonça Filho)	Prezar pelo acesso de todos os estudantes à educação através da realização do ENEM	"[Os candidatos] serão prejudicados por um ato que acho antidemocrático, por não respeitar o direito de ir e vir e por não permitir a alguém sonhar com uma educação de qualidade, usando o ENEM como passaporte para o ensino superior." (BERMÚDEZ; CRUZ, 2016)	Em entrevista, após afirmar que as provas seriam adiadas em locais de prova ocupados, em 19/10/2016
Governo Federal (Michel Temer)	Contra a ocupação e pela normalização da situação	"Hoje, ao invés do argumento intelectual e verbal, usa-se o argumento físico. Vai e ocupa não sei o que e bota pneu velho em estrada para impedir trânsito." (URIBE, 2016)	Em evento para empresários do setor industrial, em 09/11/2016
Governo Estadual (Beto Richa)	Pela normalização da situação, busca do diálogo e da solução do conflito entre as partes diretamente reclamantes (estudantes e Governo Federal)	"Então, o único prejudicado neste momento é o aluno. Eu sei que tem alunos reclamando a volta às aulas; pais e professores também. Eu espero que haja um bom senso das lideranças, dos responsáveis por esta ocupação, que acabe o mais rápido possível. Não tem mais justificativa para isso. Me leva a crer que tenha alguma motivação política para isso. Não tem outra motivação que não essa." (KANIAK, 2016)	Em entrevista sobre as ocupações que estavam acontecendo no Paraná, em 18/10/2016

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas referências citadas, 2016.

Considerações finais

O movimento "Ocupa Paraná" foi um levante estudantil que durou aproximadamente 30 dias, chegando a 202 escolas ocupadas, 3 universidades (em vários *campi*) e 3 Núcleos Estaduais de Educação⁸ contra as medidas PEC 241 e MP 746/2016. Não foi um movimento institucionalizado, ao contrário, estava desconectado da esfera estatal ou de movi-

mentos políticos tradicionais, o que permitiu ação mais livre de seus integrantes. Um fato inovador nesse movimento foi o papel das mídias sociais na rápida organização e articulação dos manifestantes, dos apoiadores, bem como de grupos opositores, que utilizaram estratégias propagadas por meio de novas tecnologias digitais.

As ações continuadas ao longo do tempo, desde as ocupações das escolas em São Paulo (2015), as greves

de professores (2015) e as ocupações dos secundaristas, seguidas de greve e ocupação de universitários e protestos em Brasília, denotam que não são manifestações isoladas, mas um ciclo de protestos de longa duração, que procura se contrapor aos boicotes e retrocessos na área da educação, que não seguem o Plano Nacional de Educação e que foram construídos de forma autoritária, sem consultar professores e alunos. No caso do “Ocupa Paraná”, a ligação entre secundaristas e universitários foi fundamental para o fortalecimento de ambos.

A pesquisa realizada nas escolas e universidades mostrou que os protestos contrários foram marcados por doses crescentes de intolerância, por ações contenciosas decorrentes do confronto com grupos de características fascistas (TIBURI, 2015) e pautas conservadoras. O uso de aparatos de violência, como agressões físicas e psicológicas, coordenados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), comprometeu a integridade e o respeito à alteridade do outro. Além do uso da violência, não se respeitou a diversidade de pensamento, o que compromete a construção de uma sociedade democrática.

Além desses grupos rivais, as ocupações das escolas secundaristas e universitárias em 2016 foram reprimidas pelo Estado, que inicialmente assistiu como espectador, achando que era algo passageiro, e depois mudou de tática, atuando pela “preservação da ordem vigente”, via intimidação da Secretaria Estadual (SEED) e do Ministério da Educação (MEC). O Estado procurou deslegitimar o movimento, com ameaças e coações aos alunos, professores e diretores das escolas ocupadas, para pôr fim ao movimento e voltar à “normalidade”. Esse discurso acabou repercutindo na grande mídia, diminuindo a relevância das ocupações e colocando os estudantes em posição de “adolescentes que não sabem o que fazem” (VASCONCELOSb, 2016). O conservadorismo da grande mídia e de parcela de pais e alunos pareceu inverter a lógica da gramática da luta por direitos.

Esse conflito mostra que a pergunta de Ana Júlia “De quem é a escola?” não tem uma resposta fácil. Interesses individuais se misturam a disputas coletivas numa luta nua e crua. As estratégias de desocupação apresentam-se desde coerção e ameaças por parte do Estado, com o apoio da grande mídia, até o

uso da força e violência por grupos oponentes. Também são usadas medidas jurídicas, de repressão e deslegitimação das manifestações, além de medidas punitivas individualizadas aos ocupantes¹⁰, representando a perda da noção de direitos e da luta por esses direitos. **US**

notas

1. Para Norberto Bobbio, o termo fascismo se refere principalmente à sua dimensão histórica, constituída pelo fascismo italiano e posteriormente pelo fascismo alemão. O fascismo é um regime autoritário com concentração do poder nas mãos do líder do governo. Seus líderes controlavam os meios de comunicação de massa por onde disseminavam seu ideário e reprimiam fortemente quem fosse contrário ao regime.
2. Entrevistas dos ocupantes das escolas visitadas, concedidas a Frédi Vasconcelos em 28/10/2016.
3. Dados obtidos no link: <http://ocupaparana.org/>.
4. Dados obtidos no Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/f/fcls/nre/visao.xhtml?cid=11&cid=11>.
5. Entrevistas dos ocupantes das escolas visitadas, concedidas a Frédi Vasconcelos em 28/10/2016.
6. Entrevistas dos ocupantes das escolas visitadas, concedidas a Frédi Vasconcelos em 28/10/2016.
7. Surgiu em 2014, com uma bandeira antipetista e a favor de um estado mínimo. Por meio das redes sociais, seus apoiadores são mobilizados através de uma massiva quantidade de publicações (de 40 a 50 por dia na rede social Facebook).
8. Dados obtidos no link: <http://ocupaparana.org/>.
9. Referência à frase do governador Beto Richa. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estao-protestando-nao-sabem-nem-o-que-diz-richa-ocupacao-de-escolas.html>. Acesso em: nov. 2016.
10. Para mais informações: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/utfpr-sindicancias-ocupacao/>.

- ALESSI, Gil. Por que a reforma que afeta 300.000 alunos em SP virou caso de polícia?. São Paulo, 14 nov., 2015. **El País**, 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447426542_534410.html>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. **Nota da APP-Sindicato em apoio aos estudantes**. Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/nota-da-app-sindicato-em-apoio-aos-estudantes/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- BERMÚDEZ, Ana Carla, CRUZ, Bruna. ENEM será cancelado em escola ocupada, diz MEC. **UOL Educação**, 19 out., 2016. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/19/enem-sera-cancelado-em-escola-ocupada-diz-mec.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2016.
- BRASIL, MP nº 746. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016. (Coordenação de Comissões Mistas). Em tramitação.
- BRASIL, PEC nº 55, 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal), Brasília, DF. Em tramitação.
- BORDIN, Laura Beal; LEITÓLES, Fernanda. Richa lamenta morte de estudante e critica ocupações. **Gazeta do Povo**, Curitiba. 24/10/2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/richa-lamenta-morte-de-estudante-e-critica-ocupacoes-5ud2dl53l6c1n6et4lq3uitua>>. Acesso em: 24 out. 2016.
- CÂMARA, Breno Pimentel. Lendo a Cidade do Rio de Janeiro através dos Conflitos Urbanos. In: MACHADO, Carlos RS; DOS SANTOS, Caio Floriano... [et al...] (orgs). **Conflitos ambientais e urbanos** - debates, lutas e desafios. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 135-160.
- CARAZZAI, Estelita H.. Sindicatos, partidos e MBL inflamam tensão em ocupação de escolas no PR. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out., 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827500-sindicatos-partidos-e-mbl-inflamam-tensao-em-ocupacao-de-escolas-no-pr.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- CASARA, Rubens. Apresentação. In: TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista**: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 11-15.
- COMEC. **Mapa Político da Região Metropolitana de Curitiba**. 2012. Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/Mapas2013/RMC_2013_Politico.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- DRESCHER, Denise. Estudantes ocupam mais de 20 escolas no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 out., 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-ocupam-mais-de-20-escolas-no-parana-19ubjcg31rf6uhhvky242ymo>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

referências

- DRESCHER, Denise; LUCIANO, Antoniele. 6 fatos que os estudantes das ocupações não sabem. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 out., 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/6-fatos-que-os-estudantes-das-ocupacoes-nao-sabem-eps9mfd4wq6k5lmhxt5cq913k>>. Acesso em: 28 out. 2016.
- FACEBOOK OCUPA PARANÁ. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupasim/?ref=br_rs>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- FILGUEIRAS, Fernando. Sobre Intolerância e Política. Opinião. **Carta Capital**, publicado em 09/12/2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/sobre-intolerancia-e-politica>>. Acesso em: 08 nov. 2016.
- GALINDO, Rogério. MBL e estudantes de ocupação entram em confronto. Caso vai parar na Delegacia da Mulher. **Caixa Zero**, Curitiba, 19 out. 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/mbl-e-estudantes-de-ocupacao-entram-em-confronto-caso-vai-parar-na-delegacia-da-mulher/?doing_wp_cron=1525119372.8913910388946533203125>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- HARVEY, David. A crise da urbanização planetária. Tradução Artur Renzo. Publicado originalmente em **Uneven growth: tactical urbanisms for expanding megacities**, em 18 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- JUSTI, Adriana. Professores e polícia entram em confronto durante votação na Alep. **G1 Paraná**, 29 abr. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/04/professores-entram-em-confronto-com-pm-durante-votacao-na-alep.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- KALINE, Maíra. O cotidiano da ocupação da UTFPR em Curitiba. **AGComunique**, Curitiba, 30 nov. 2016. Disponível em: <<https://agcomunique.wordpress.com/2016/11/30/o-cotidiano-da-ocupacao-da-utfpr-em-curitiba/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- KANIAK, Thais. 'Estranho é que é só no Paraná que aconteceu', diz Richa sobre ocupações. **G1 Paraná**. 18 out, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/estranho-e-que-e-so-no-parana-que-acontece-diz-richa-sobre-ocupacoes.html>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- LUCIANO, Antoniele. Justiça autoriza reintegração de posse de todos os colégios ocupados em Curitiba. Curitiba, **Gazeta do Povo**, 03/11/2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-autoriza-reintegracao-de-posse-de-todos-os-colegios-ocupados-em-curitiba-463rbs7ttf2mznuulms55z519>>. Acesso em: 03 nov. 2016.
- MARTINS, Luísa. MEC pede a institutos federais que entreguem alunos de ocupações. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 20 out., 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mecc-pede-a-institutos-federais-que-entreguem-alunos-que-participam-de-ocupacoes,10000083389>>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- MATUOKA, Ingrid. Os secundaristas avançam contra Temer. **Carta Capital**. 18 out., 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-secundaristas-avancam-contra-temer>>. Acesso em: 31 out. 2016.
- MEC esclarece que não haverá corte de nenhuma disciplina. **Ministério da Educação**. 22 set. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39581>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

referências

- OCUPA PARANÁ. Disponível em: <<http://ocupaparana.org/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.
- OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **No Brasil e no Chile, estudantes vão às ruas e ocupam escolas em defesa da educação**. 13 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/sugestoes-de-pautas/48-sugestoes-de-pautas/1603-2016-06-13-16-20-44>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- PEPLOV, Danielle. Adolescente de 16 anos é encontrado morto dentro de escola em Santa Felicidade. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 24 out., 2016. Segurança. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/seguranca/adolescente-de-16-anos-e-encontrado-morto-dentro-de-escola-em-santa-felicidade/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.
- PITA, Marina. A cobertura midiática das escolas ocupadas: silêncio e criminalização. **Carta Capital**. São Paulo, 02 nov., 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-cobertura-das-escolas-ocupadas-silencio-e-criminalizacao?utm_content=buffera3704&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- ROSSINI, Andreza, et al. Manifestantes e MBL tentam desocupar escola e provocam tumulto no Paraná. **Paraná Portal**. Curitiba, 27 out. 2016. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/curitiba/pm-impede-desocupacao-de-escolas-em-curitiba/>>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- RUSCHEL, René. Fechamento de escolas: Beto Richa é pressionado e recua. **Carta Capital**. São Paulo, 30 nov., 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/fechamento-de-escolas-beto-richa-e-pressionado-e-recua-2644.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED). **Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/f/fcls/nre/visao.xhtml?cid=11&cid=11>>. Acesso em: out. 2016.
- TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha da sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, F; RIZEK, C (orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo, Boitempo, 2007, p. 195-220.
- TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista**: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 194 p.
- URIBE, Gustavo; AMORA, Dimmi; PRADO, Maeli. Temer critica ocupações e sugere que alunos nem sabem o que é uma PEC. **Folha de São Paulo**. Brasília, 08 nov., 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1830376-temer-critica-ocupacoes-e-sugere-que-alunos-nem-sabem-o-que-e-uma-pec.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- VASCONCELOSa, Frédi. Em Curitiba, apoiadores da ocupação da UTFPR são agredidos. **Revista Fórum**, Curitiba, 23 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/em-curitiba-apoiadores-da-ocupacao-da-utfpr-sao-agredidos/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- VASCONCELOSb, Frédi. Estudantes abraçam a resistência. Que o Brasil os acompanhe. **Revista do Brasil**, n. 123, 15 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/123/a-improvavel-primavera-brasileira-6123.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

referências